

## Caderno de Provas

**CPL P 20 - NS**

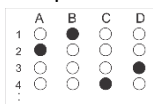
**PROFESSOR ENSINO INFANTIL**

**Edital Nº. 001/2019 – PREFEITURA  
MUNICIPAL DE LAJES/RN**

**14 de abril de 2019**

### INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica azul ou preta.
- Escreva o seu nome completo e o número do seu documento de identificação no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 3 (três) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher as **Folhas de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue as **Folhas de Respostas** ao fiscal.
- O **Caderno de Provas** só poderá ser levado pelo candidato após o encerramento do prazo estabelecido para sua aplicação.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 10 (dez) questões de Conhecimentos da Língua Portuguesa, 05 (cinco) questões de Lógica e 15 (quinze) de Conhecimentos Específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento das **Folhas de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

<i>Disciplina</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Língua Portuguesa (Objetivas)	10 questões	30 pontos
Questões de Lógica (Objetivas)	05 questões	10 pontos
Conhecimentos Específicos (Objetivas)	15 questões	60 pontos
<b>Total de questões</b>	<b>30 questões</b>	<b>100 pontos</b>

NOME COMPLETO:

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO:

**QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA LÍNGUA PORTUGUESA NÍVEL SUPERIOR**

As questões de 1 a 10 referem-se ao texto reproduzido a seguir.

## Trabalho escravo: uma realidade persistente

Luciano Frota

Em memória dos três auditores-fiscais assassinados em 28 de janeiro de 2004, devido a inspeções para apurar denúncias de trabalho escravo em fazendas da região de Unaí (MG), o Brasil consagrou a data como “Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo”.

O nosso país carrega na sua história a mancha indelével de um longo passado de escravidão legalizada, cuja abolição formal, ocorrida em 1888, não foi suficiente para romper os grilhões da indignidade, da indiferença e da marginalidade social. Mais de cem anos se passaram e ainda estamos lutando para livrar do cativeiro mulheres e homens trabalhadores que são explorados, à luz do dia, pelos senhores de “engenho” do século 21.

Mesmo sendo signatário das Convenções 29 e 105 da OIT, somente em 1995 o país acordou para o problema, forçado por pressões sociais e por denúncia formulada perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos, em razão da morte de um trabalhador rural e de outro ferido ao tentarem fugir da Fazenda Espírito Santo, no Pará, onde 60 pessoas foram flagradas submetidas a trabalhos forçados e em condições desumanas (Caso 11.289).

É certo que a partir daí muitos avanços foram alcançados, sobretudo em razão de providências efetivas que passaram a ser adotadas pelos Ministérios do Trabalho e dos Direitos Humanos, bem como pelos Ministérios Públicos Federal e do Trabalho, que, em parceria com diversas outras instituições, formaram uma corrente de combate a essa chaga de indignidade, instituindo, dentre outras medidas, os chamados Grupos Móveis de Fiscalização.

No período de 1995 a 2018, mais de 2.000 operações de fiscalização foram realizadas, e cerca 53 mil trabalhadores foram resgatados da condição de escravo. Ainda que retratem apenas uma amostragem do cenário de desumanidade que ainda persiste nos campos e cidades do país, são números que impressionam e reforçam a necessidade de se prosseguir com as ações de combate.

Na seara legislativa, o grande marco histórico na luta pela erradicação dessa chaga social foi a alteração trazida pela Lei 10.803/2003 ao artigo 149 do Código Penal, que atualizou o conceito de escravidão contemporânea, não mais limitando-o à privação da liberdade de locomoção, mas estendendo a sua tipificação para casos de aviltamento explícito da dignidade humana, em que trabalhadores são expostos a condições degradantes de trabalho, com jornadas exaustivas ou mesmo forçados por dívidas com o patrão.

Importante ressaltar que o Brasil, além dos compromissos internacionais, tem uma Constituição pactuada sob os pilares do respeito à dignidade da pessoa humana e ao trabalho como valor social. É dever do Estado não se omitir quanto ao combate a todas formas de trabalho indigno, em especial àquele tipificado como análogo à condição de escravo. E o dia 28 de janeiro deve servir exatamente para alertar as autoridades públicas do país que a escalada do trabalho escravo persiste, resistente, matando e mutilando seres humanos, segregando sonhos e coisificando pessoas.

A liberdade é direito inalienável do ser humano; não há liberdade sem garantia de dignidade; não há dignidade sem justiça social; e sem liberdade, sem dignidade e sem justiça social não há democracia.

*Disponível em: <www.folha.uol.com.br>. Acesso em: 11 fev. 2019*

01. O texto, de forma preponderante,

- A) apresenta um posicionamento acerca de como a sociedade brasileira tem lidado com o trabalho escravo.
- B) história toda a trajetória de luta da sociedade brasileira em busca de mecanismos para combater o trabalho escravo.
- C) enumera acontecimentos cruciais para a erradicação das condições de trabalho escravagista da sociedade brasileira.
- D) descreve os avanços em relação ao combate e à erradicação das condições de trabalho escravagista na sociedade brasileira.

02. Ao desenvolver o tema do texto, o autor opta por

- A) ser categórico na constatação da ineficiência das medidas de combate ao trabalho escravo no Brasil.
- B) ratificar, sem concessões, a ineficácia das medidas de combate ao trabalho escravo adotadas no Brasil.
- C) desqualificar, sem ressalvas, a eficácia das medidas de combate ao trabalho escravo adotadas no Brasil.
- D) fazer ponderações pontuais em relação à eficácia das medidas de combate ao trabalho escravo no Brasil.

03. Considere o trecho:

O nosso país carrega na sua história a mancha **indelével** de um longo passado de escravidão legalizada [...]

O uso da palavra em destaque expressa que o passado de escravidão, no Brasil, é algo

- A) imperceptível aos olhos da maioria.
- B) impossível de ser apagado da nossa memória.
- C) impossível de ser compreendido.
- D) inexplicável para as gerações mais jovens.

04. Considere os trechos:

(1) **Mesmo** sendo signatário das Convenções 29 e 105 da OIT, somente em 1995 o país acordou para o problema [...]

(2) **Ainda que** retratem apenas uma amostragem do cenário de desumanidade que ainda persiste nos campos e cidades do país, são números que impressionam e reforçam a necessidade de se prosseguir com as ações de combate.

Sobre os elementos linguísticos em destaque, é correto afirmar que

- A) ambos estabelecem relação sintático-semântica de condição entre orações e, nesse caso, podem ser substituídos, sem prejuízo de sentido e com pequenas alterações, por **caso**.
- B) em (1) esse elemento estabelece relação sintático-semântica de concessão entre parágrafos e, nesse caso, pode ser substituído, sem prejuízo de sentido e com pequenas alterações, por **embora**.
- C) em (2) esse elemento estabelece relação sintático-semântica de condição entre períodos e, nesse caso, pode ser substituído, sem prejuízo de sentido e com pequenas alterações, por **desde que**.
- D) ambos estabelecem relação sintático-semântica de concessão entre orações e, nesse caso, podem ser substituídos, sem prejuízo de sentido e com pequenas alterações, por **apesar de**.

05. Considere o trecho:

[...] forçado por pressões sociais e por denúncia formulada **perante a** Corte Interamericana de Direitos Humanos [...]

Sobre as palavras em destaque, nesse contexto de uso, é correto classificar que:

- A) a primeira é preposição, e a segunda, artigo.
- B) a primeira é conjunção, e a segunda, artigo.
- C) ambas são preposições.
- D) ambas são conjunções.

06. Considere o período:

No período de 1995 a 2018, mais de 2.000 operações de fiscalização foram realizadas, e cerca 53 mil trabalhadores foram resgatados da condição de escravo.

Sobre as vírgulas presentes nesse trecho, verifica-se que

- A) a primeira marca um bloco de informação deslocado, com valor adjetivo, e a segunda separa orações com o mesmo sujeito.
- B) a primeira marca um bloco de informação com valor de aposto, e a segunda separa orações com o mesmo sujeito.
- C) a primeira marca um bloco de informação deslocado, com valor adverbial, e a segunda separa orações com sujeitos distintos.
- D) a primeira marca um bloco de informação com valor predicativo, e a segunda separa orações com sujeitos distintos.

07. Sobre o segundo e o terceiro parágrafos, é correto afirmar:

- A) O segundo não apresenta ideia central explícita.
- B) O terceiro faz contraposição à ideia central do segundo.
- C) O terceiro tão somente desenvolve a ideia central explícita no segundo.
- D) O segundo tão somente exemplifica o que vai ser afirmado no terceiro.

08. No texto, identifica-se a recorrência a

- A) outros discursos, com o objetivo de reforçar o discurso do autor.
- B) citações diretas, demarcadas pelo uso restrito das aspas.
- C) outros discursos, com o objetivo de refutar o discurso citado.
- D) citações indiretas, demarcadas pelo uso restrito das aspas.

09. O texto apresenta características que o aproximam do gênero

- A) notícia.
- B) artigo de opinião.
- C) reportagem.
- D) relato.

10. Considere o fragmento:

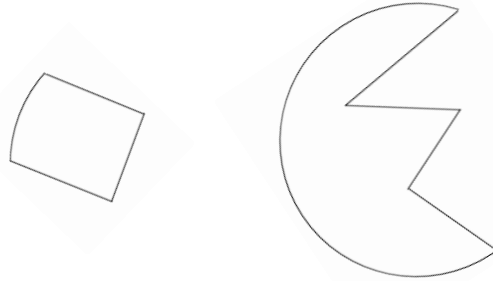
Na seara legislativa, o grande marco histórico na luta pela erradicação dessa chaga social foi a alteração trazida pela Lei 10.803/2003 ao artigo 149 do Código Penal, **que atualizou o conceito de escravidão contemporânea, [...]**

O trecho em destaque é uma oração

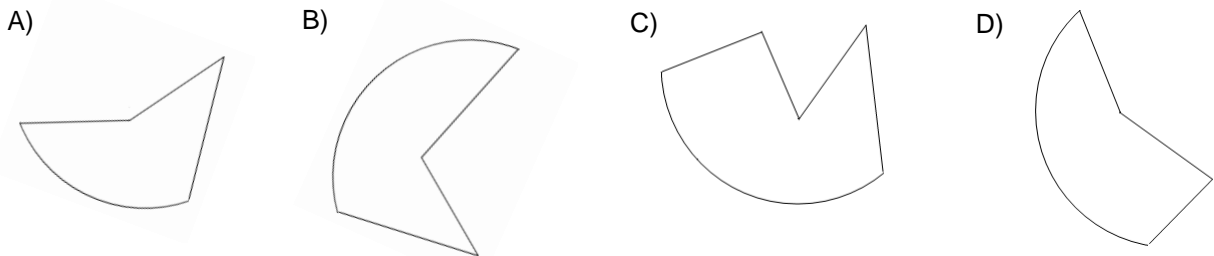
- A) subordinada com valor de substantivo.
- B) coordenada com valor explicativo.
- C) coordenada com valor restritivo.
- D) subordinada com valor de adjetivo.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA LÓGICA

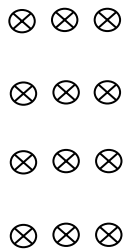
11. Um círculo de papel cartão com uma face branca e outra preta, foi cortado em três partes distintas. Duas dessas partes estão apresentadas a seguir:



A terceira parte que, junto com as duas anteriores, forma perfeitamente o círculo, é:



12. Considere o conjunto de doze objetos apresentados a seguir



Selecionando-se aleatoriamente, três objetos desse conjunto, a probabilidade de eles serem colineares (pertencerem a uma mesma reta) é de

- A)  $\frac{1}{12}$
- B)  $\frac{1}{16}$
- C)  $\frac{1}{11}$
- D)  $\frac{1}{8}$

**13.** Dada a sentença “Se visito Lajes, então sou feliz”, sua negação é

- A) Não visito Lajes e sou feliz.
- B) Visito Lajes e não sou feliz.
- C) Se não visito Lajes, então não sou feliz.
- D) Se não sou feliz, então não visito Lajes.

**14.** Considerando as 26 letras de nosso alfabeto, na sequência de letras

**D J E L H P M V ?**

o ponto de interrogação representa a letra

- A) T.
- B) R.
- C) S.
- D) U.

**15.** André é engenheiro, então Luciano não é comerciante. Ou Luciano é comerciante, ou Erick é veterinário. Se José não é advogado, então André é engenheiro. Ora, nem Erick é veterinário nem Cintia é médica. Logo:

- A) José não é advogado e Luciano é comerciante.
- B) Erick é veterinário ou André é engenheiro.
- C) Se Luciano é comerciante, André é engenheiro.
- D) José é advogado e Luciano é comerciante.

**QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – PROFESSOR ENSINO INFANTIL- SUPERIOR**

**As questões 16 a 18 têm como referência as determinações que constam na atual LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), Lei nº. 9.394/96.**

16. De acordo com o ordenamento jurídico educacional, compreende-se a Educação Infantil como

- A) primeira etapa da educação básica, cuja finalidade centra-se no desenvolvimento integral da criança de 0 até 4 anos, em seus aspectos físico, psicológico, e semi-integral até 5 anos, priorizando os aspectos intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade
- B) primeira etapa da educação básica, cuja finalidade é atender a criança de 0 até os 5 anos, propiciando situações lúdicas, de cuidado e de aprendizagens orientadas de forma integrada a fim de contribuir para o desenvolvimento das habilidades interpessoais e o acesso ao conhecimento da realidade social e cultural.
- C) primeira etapa da educação básica, cuja finalidade é o desenvolvimento integral da criança de até 5 anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, como requisito para o ingresso no Ensino Fundamental.
- D) Primeira etapa da educação básica, cuja finalidade é o desenvolvimento integral da criança de 0 até 3 anos, em seus aspectos físico, psicológico, e de 3 a 5 anos, em seus aspectos intelectual e social, incrementando a ação da família e da comunidade.

17. Cabe aos estabelecimentos de ensino infantil do Brasil

- A) baixar normas complementares para o sistema de ensino.
- B) elaborar e executar a proposta pedagógica institucional.
- C) assegurar o cumprimento dos dias letivos, exceto o cumprimento das horas-aulas.
- D) administrar seus recursos materiais e financeiros e recensear o seu quadro de pessoal.

18. Compete aos docentes que atuam na educação infantil:

- A) ministrar os dias letivos e as horas-aulas estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.
- B) elaborar o calendário escolar, reservando tempo e carga-horária para as festas infantis e escolher quais temas transversais serão incluídos no currículo escolar no nível de ensino em que está atuando.
- C) difundir valores fundamentais de acordo com a orientação familiar da clientela escolar em atendimento ao Estatuto da Criança e do Adolescente, como forma de estabelecer a parceria escola-família.
- D) assinar e expedir as declarações de conclusão de período, com as especificações cabíveis, resultantes do processo de avaliação, pois, para os estudantes da educação infantil, não há obrigatoriedade do histórico escolar.

19. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo, reconhece que, na educação infantil, a intervenção pedagógica sistematizada é fundamental para a construção da identidade e da subjetividade da criança. Sendo assim, o documento estabelece seis direitos de aprendizagem:

- A) ser; compreender, saber conviver, aprender a apreender, expressar e saber descansar.
- B) compreender, brincar, participar, ser, conhecer-se e aprender a apreender.
- C) ser, brincar, estudar, refletir, aprender a apreender e conviver.
- D) Conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se.



20. Ana Gabriela, da Escola Municipal Encanto do Saber, atua na educação infantil. Sua turma é composta por 25 alunos que têm 04 anos de idade. Na turma, há três alunos que apresentam frequência irregular. O percentual de ausências dos três alunos, em relação às aulas ministradas, é de 35%. A professora procurou a coordenadora pedagógica para informar a situação dos discentes e perguntou quais seriam os encaminhamentos para mitigar o problema das ausências dos discentes. A coordenadora, acertadamente, explicou que um dos encaminhamentos era:

- A) notificar ao órgão gestor do Programa Educacenso do Município a relação dos alunos que apresentam quantidade de faltas acima de 15% do percentual permitido em lei.
- B) aguardar a conclusão do ano letivo e informar a família que, como consequência das ausências, as crianças foram reprovadas e deverão mudar de escola.
- C) notificar ao Conselho Tutelar do Município a relação dos alunos que apresentam quantidade de faltas acima de 30% do percentual permitido em lei.
- D) notificar a Pastoral da Criança a relação dos alunos que estão com faltas acima de 30% do percentual permitido em lei.

21. Considere o excerto a seguir.

No constructo teórico intitulado **Emílio ou da Educação (1762)**, o autor afirma que “a criança não é um adulto inacabado, ela possui seu valor nela mesma. Em certo sentido, que é o mais importante, cada idade se basta a si mesma”. Para o autor, a educação do indivíduo objetiva prepará-lo para viver em sociedade: esse indivíduo seria autônomo e livre e suportaria as circunstâncias (vícios) da realidade social.

O excerto faz referência ao pensamento de

- A) Jean-Jacques Rousseau, um dos teóricos que prestou relevantes contribuições à constituição do pensamento pedagógico brasileiro, principalmente para entender a origem de onde partem muitas propostas pedagógicas para a educação infantil.
- B) Jean Piaget, teórico que centrou seus estudos acerca dos estágios de desenvolvimento e da aprendizagem, a partir das experiências com crianças, principalmente para entender a origem de onde partem muitas propostas pedagógicas para a educação infantil.
- C) Célestin Freinet, um teórico que se preocupou em sistematizar os processos formativos das crianças em períodos de guerra, influenciando dessa forma a origem muitas propostas pedagógicas para a educação infantil.
- D) Georges Snyders, teórico que defendeu o lúdico como uma significativa estratégia pedagógica no campo da educação, influenciando dessa forma, diversas propostas pedagógicas para a educação infantil.

22. No campo didático, para que haja o trabalho de alfabetizar letrando desde a educação infantil, o educador deve compreender que é preciso vincular

- A) as metodologias que desqualificam os conhecimentos aos quais a criança teve acesso antes de entrar na escola, para que elas possam ir se apropriando da linguagem culta, como forma de alfabetização e letramento.
- B) os métodos de ensino da leitura e da escrita das palavras complexas às técnicas de memorização e cópia, como as principais estratégias de aprendizagem.
- C) as estratégias de decodificação como prioritárias à aprendizagem da língua portuguesa de acordo com as normas gramaticais.
- D) as práticas de alfabetização e de letramento a situações cotidianas de leitura e de escrita.

23. Leia o fragmento textual a seguir.

[...] “a criança é sujeito sócio-histórico e cultural, cidadão de direitos e, simultaneamente, um ser da natureza que tem especificidades no seu desenvolvimento, determinadas pela interação entre aspectos biológicos e culturais que geram necessidades também específicas”.

Fonte: SALLES, Fátima; FARIA, Vitória. *Currículo na Educação Infantil: diálogo com os demais elementos da proposta pedagógica*. 2. ed. Curitiba: Ática, 2012. 127 p.

Desta forma, considerar a criança como sujeito

- A) significa compreendê-la como um ser de características homogêneas, a qual atua de forma intencional no meio que a circunda, agindo sobre ele e transformando-o, em um processo de constante interação sujeito-objeto, produzindo, dessa forma, o conhecimento.
- B) é valorizar, preferencialmente, os conhecimentos adquiridos no âmbito familiar como sendo essenciais ao desenvolvimento da criança como sujeito histórico e cultural e, de acordo com as possibilidades, complementar esses conhecimentos com o apoio da escola.
- C) significa entendê-la como um ser em constante desenvolvimento, mas sem maturação suficiente, a qual aprende exclusivamente com a ajuda de um adulto, que transmite os conhecimentos historicamente construídos de maneira literal e sem questionamentos.
- D) é levar em conta que ela tem desejos, ideias, opiniões, capacidade de decidir, de criar, de inventar, que se manifestam, desde cedo, nos seus movimentos, nas suas expressões, no seu olhar, nas suas vocalizações, na sua fala.

24. A prática escolar não é algo neutro, já que ela é influenciada por diversas tendências pedagógicas que têm atrás de si condicionantes sociopolíticos os quais retratam as diferentes concepções de homem e de sociedade, evidenciando, assim, o papel da escola, da aprendizagem, das relações professor-aluno, dentre outros aspectos. Em se tratando das tendências pedagógicas liberais, têm-se a renovada progressivista, que, ao destacar o papel da escola, afirma que a sua finalidade é:

- A) formular atitudes, razão pela qual deve estar mais preocupada com os problemas psicológicos do que com os pedagógicos ou sociais.
- B) adequar as necessidades individuais ao meio social e, para isso, a escola deve se organizar de forma a retratar, o quanto possível, a vida.
- C) preparar intelectual e moralmente os alunos para assumir sua posição na sociedade, assumindo postos de destaque, principalmente os de liderança.
- D) modelar sistematicamente o comportamento humano, por meio de técnicas específicas, em um sistema social harmônico, orgânico e funcional.

25. Na atividade docente em sala de aula, três componentes são fundamentais para o desenvolvimento do ato pedagógico: o planejamento, a execução e a avaliação. Em relação à avaliação da aprendizagem na Educação Infantil, as instituições devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, garantindo, dentre outros fatores,

- A) a continuidade dos processos de aprendizagens por meio de uma avaliação diagnóstica inicial e uma somativa ao final do ano.
- B) a observação crítica e criativa das atividades, tendo em vista à promoção ao Ensino Fundamental, evitando-se a retenção precoce.
- C) a utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns, etc.).
- D) a não retenção das crianças na Educação Infantil e sua promoção com sucesso ao Ensino Fundamental a partir dos 5 anos de idade.

26. O processo de adaptação das crianças às instituições de Educação Infantil pode ser muito doloroso não só para a criança como também para seus familiares, pois implica na separação da criança de seus familiares, mesmo que apenas por um período do dia. Para a criança, essa adaptação é bastante complexa, visto que
- A) necessita de cuidados especiais por parte da mãe em sala de aula, principalmente nos seis primeiros meses de estudo, a fim de facilitar sua adaptação ao ambiente escolar. Por isso, faz-se necessária uma parceria entre família e escola, no intuito de que o desenvolvimento cognitivo, psicológico e sociológico da criança não seja prejudicado.
  - B) não está ainda preparada psicologicamente para essa adaptação, que só acontecerá a partir do ingresso no Ensino Fundamental aos seis anos de idade, momento em que estará na transição do período pré-operatório, para as operações concretas, discernindo entre o certo e o errado e atuando de maneira mais autônoma sobre o ambiente que a cerca.
  - C) tem de lidar com um novo ambiente, com a separação diária da mãe e dos familiares e com as novas pessoas que não pertencem à sua família, com o estresse da despedida da família na entrada, com a nova rotina da instituição, com a troca de fraldas, com a hora de dormir e de se alimentar, com os novos relacionamentos com os educadores infantis e com outras crianças.
  - D) não consegue estabelecer a diferença entre o seu lar e a escola, pois está na fase da imaginação e do simbolismo, representando mentalmente as situações vivenciadas no cotidiano familiar, transferindo-as para a sala de aula, resultando em choros constantes e atitudes de birra, que são contidos apenas com a presença da mãe ou um familiar próximo.
27. As brincadeiras são fundamentais para o desenvolvimento social, psicológico, cognitivo e motor das crianças, as quais de maneira individual ou em interação umas com as outras, fantasiam situações do mundo dos adultos. Sendo assim, as práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira e devem garantir experiências que
- A) ampliem a confiança e a participação das crianças nas atividades individuais e coletivas; propiciem a interação e o conhecimento pelas crianças das manifestações e tradições culturais brasileiras.
  - B) incentivem a curiosidade, o desencanto, a passividade, a exploração, a submissão; promovam o relacionamento e a interação das crianças do mesmo grupo social combatendo as desigualdades.
  - C) possibilitem situações de aprendizagem controladas pelos professores; favoreçam a imersão das crianças apenas nas linguagens que elas dominem, com gêneros e formas de expressão gestual.
  - D) promovam o conhecimento do outro por meio da ampliação das interações sociais; possibilitem a expressão da coletividade e aceleração dos ritmos de aprendizagem e desejos da criança.

28. Considere o excerto a seguir.

O processo de organização das informações e de integração do material à estrutura cognitiva é o que os cognitivistas denominam aprendizagem. A abordagem cognitivista diferencia a aprendizagem mecânica da aprendizagem significativa. O cognitivismo está, portanto, preocupado com o processo de compreensão, transformação, armazenamento e utilização das informações, no plano da cognição.

Fonte: BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. São Paulo: Saraiva, 2008.

O conceito de aprendizagem significativa faz parte da teoria de David Ausubel, que, ao abordá-la, destaca os pontos de ancoragem, que são formados

- A) com a incorporação à estrutura cognitiva de elementos (informações ou ideias) relevantes para a aquisição de novos conhecimentos e com a organização deles de modo, progressivamente, se generalizarem, formando conceitos.
- B) por meio da assimilação e da acomodação em uma relação indissociável, permitindo à criança não só transformar os elementos assimilados, tornando-os parte da estrutura cognitiva, como também possibilitar o ajuste e a acomodação desse organismo aos elementos incorporados.
- C) pelo sistema de signos (a linguagem, a escrita, o sistema de números), que, em interação com o sistema de instrumentos criados pela sociedade ao longo de sua história, muda a forma social e o nível de desenvolvimento cultural da humanidade.
- D) pelos comportamentos, reflexos através do estímulo-resposta (ambiente-sujeito) incondicionadas, nas quais certos eventos ambientais eliciam certas respostas do organismo que independem de aprendizagem, mas são essenciais à cognição.

29. O Estatuto da Pessoa com Deficiência, em seu artigo 40, enfatiza que “é direito fundamental da pessoa com deficiência à educação, a fim de garantir que a mesma atinja e mantenha o nível adequado de aprendizagem, de acordo com suas características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem”. Nesse sentido, para que isso ocorra efetivamente, incumbe ao poder público, em todos os níveis e modalidades de ensino, assegurar, criar, desenvolver, implementar e incentivar:

- A) I – a execução de currículos, métodos, técnicas pedagógicas e avaliação padronizada, a fim de que se garanta a aprendizagem com qualidade; II – a adoção de medidas coletivas que minimizem a discriminação social, aumentando as possibilidades de permanência na escola; III – reprodução e divulgação de conhecimento, bem como a permanência de métodos e técnicas pedagógicas inovadoras já existentes.
- B) I – a convivência escolar num sistema educacional inclusivo; II - a preparação da escola e o aprimoramento dos sistemas educacionais a fim de incluir todos os alunos com deficiência, inclusive através da disponibilização de tecnologias assistivas e cuidadores; III – ações e programas que garantam a acessibilidade plena, o atendimento educacional especializado e o combate à discriminação.
- C) I – o combate às necessidades educacionais especiais; II – a adoção de estratégias de tratamento das deficiências, com o objetivo de socializar a pessoa com deficiência, compreendendo suas limitações; III – o financiamento por parte dos professores de programas de capacitação para atuar com as pessoas com deficiência.
- D) I – a capacitação de profissionais em braile, Libras e acessibilidade assistiva; II – a disponibilização de cursos de curta duração, voltados ao treinamento da pessoa com deficiência para sua integração no mercado de trabalho; III – a inclusão de conteúdos curriculares, nos cursos de nível básico e intermediário de questões relacionadas às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

30. A brincadeira é uma linguagem infantil que mantém um vínculo essencial com aquilo que é o “não-brincar”. No ato de brincar, os sinais, os gestos, os objetos e os espaços valem e significam outra coisa daquilo que aparentam ser, já que as crianças recriam e repensam os acontecimentos que lhes deram origem, sabendo que estão brincando. Nesse sentido, o brincar apresenta-se por meio de várias categorias de experiências que são diferenciadas pelo uso do material ou dos recursos predominantemente implicados. Essas categorias incluem

- A) a interação e as aprendizagens resultantes da imaginação das crianças; a dissociação entre os papéis assumidos nas brincadeiras com o mundo real; a linguagem oral e a escrita que oferecem vários níveis de letramento e alfabetização a serem utilizados nas representações; os conteúdos procedimentais, entre eles as encenações teatrais, jograis e apresentações de pequenos seminários; e a imposição de limites com a finalidade de combater a birra, prejudicial às brincadeiras infantis.
- B) a socialização e as mudanças de comportamento resultantes da afetividade entre aluno/aluno e aluno/professor, essenciais à convivência em grupo; a relação de respeito com os pais e demais familiares, que ensinam as primeiras brincadeiras; a linguagem simbólica e gestual que oferecem vários significados ao ato de brincar; os conteúdos atitudinais, como regras de convivência, boas maneiras, civismo e princípios religiosos; e, os limites definidos pela escola, constituindo-se em um recurso fundamental para brincar e aprender.
- C) o movimento e as mudanças da percepção resultantes essencialmente da mobilidade física das crianças; a relação com os objetos e suas propriedades físicas assim como a combinação e associação entre eles; a linguagem oral e gestual que oferecem vários níveis de organização a serem utilizados para brincar; os conteúdos sociais, como papéis, situações, valores e atitudes que se referem à forma como o universo social se constrói; e, os limites definidos pelas regras, constituindo-se em um recurso fundamental para brincar.
- D) o movimento e o descanso resultantes dos diversos momentos proporcionados pela escola às crianças; a relação com os brinquedos e seus significados assumidos pela criança; a linguagem verbal e não verbal que oferecem vários níveis de organização cognitiva, essenciais ao ato de brincar; os conteúdos fictícios, como histórias em quadrinhos, desenhos animados e as lendas folclóricas, os quais estimulam a criatividade e a imaginação nas brincadeiras; e, as regras, constituindo-se em um recurso fundamental para brincar.